

Considerações sobre a Pedagogia,
o Ensino e a Educação Inclusiva
no Brasil

Por: *Giovana Mendes de Almeida & Áurea Nascimento de Siqueira Mesquita*

ISBN: 978-65-85492-03-4

Capa e Editoração Eletrônica

Autores, 2023.

Todos os direitos reservados

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Almeida, Giovana Mendes de

Considerações sobre a pedagogia, o ensino e a educação inclusiva no Brasil [livro eletrônico] / Giovana Mendes de Almeida, Áurea Nascimento de Siqueira Mesquita. -- 1. ed. -- Recife, PE : Reativar Ambiental, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-85492-03-4

1. Atendimento Educacional Especializado (AEE) 2. Educação inclusiva
3. Inclusão escolar 4. Pedagogia 5. Pessoas com deficiência – Acessibilidade
6. Pessoas com deficiência - Educação 7. Professores - Formação
8. Tecnologia Assistiva (TA) I. Mesquita, Áurea Nascimento de Siqueira. II. Título.

23-172935

CDD-371.9046

Índices para catálogo sistemático:

1. Pessoas com deficiência: Educação inclusiva 371.9046

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

O conteúdo desta obra, inclusive sua revisão ortográfica e gramatical, bem como as imagens (caso haja), é de responsabilidade de seus respectivos autores, detentores dos Direitos Autorais.

Esta obra foi publicada como Ebook pela Editora Reativar Ambiental em setembro de 2023.



RESUMO

A reflexão acerca dos efeitos do olhar afetivo na busca de estratégias que facilitem o processo de alfabetização de crianças através da Educação Inclusiva é um tema de interesse aos docentes, discentes e as famílias envolvidas em todo o processo, pois se trata de uma realidade vivenciada no contexto escolar que precisa ser analisado de forma holística através das relações familiares e educacionais. Frente a isso, esse documento visa analisar através da literatura algumas considerações acerca dos conceitos da pedagogia, ensino e Educação Inclusiva, dando ênfase ao TDAH. Utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica e documental para composição desse documento. A partir desta, foi possível apresentar considerações sobre a contextualização histórica acerca da educação através dos anos; o surgimento da pedagogia; o papel da família e da escola no processo educativo; a infância sobre um novo olhar; leis que regem o Sistema Educacional Brasileiro e; a importância do afeto na educação e a educação inclusiva e Transtorno de Déficit de Atenção (TDHA) como aplicar o ensino e a aprendizagem.

Palavras-chave: Afetividade. Ensino. TDHA.

Sobre a Autoras:

Giovana Mendes de Almeida

Graduada em Pedagogia pela faculdade Kurius
Pós-Graduada (Especialização) em Educação e Ludicidade pela FAFIRE
Pós-Graduada (Especialização) em Psicopedagogia. Faculdade Rhema

Áurea Nascimento de Siqueira Mesquita

Graduada em Licenciatura em Geografia (UFPE)
Especialista em Libras (FAEL)
Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPE)
Mestra em Ensino das Ciências Ambientais ((ProfCiAmb)
Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPE)

1 Introdução

A reflexão acerca dos efeitos do olhar afetivo na busca de estratégias que facilitem o processo de alfabetização de crianças através da Educação Inclusiva é um tema de interesse aos docentes, discentes e as famílias envolvidas em todo o processo, pois se trata de uma realidade vivenciada no contexto escolar que precisa ser analisado de forma holística através das relações familiares e educacionais. Essa discussão ganha nova magnitude, motivados na relação entre afetividade e inteligência a partir das perspectivas de Henri Wallon, trazendo o aprendente para uma participação ativa na construção do conhecimento, a partir das suas necessidades individuais enxergadas e compreendidas. Era imprescindível um acompanhamento individualizado, com maior proximidade para o reorganizar e o ajudar a recomeçar (Wallon, 2007).

Segundo Luckesi (2005), o ato amoroso é aquele que acolhe a situação, na sua verdade. O ambiente escolar reflete o mundo que vivemos e nele encontramos diversidades culturais, representadas por comportamentos e hábitos diferentes. Neste mesmo espaço encontraremos crianças com habilidades e dificuldades no ensino-aprendizagem que precisam encontrar na escola esse espaço favorável e acolhedor para desenvolver plenamente essas habilidades, competências pedagógicas e aprendizagem.

Wallon (1995), afirma que a criança ao nascer traz a sua carga genética, a aliada as suas escolhas pessoais e ao longo do tempo vai sendo constituído o indivíduo pleno, que perpassa os conflitos inerentes ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, estabelecendo novos limites e conceitos. O autor afirma que a vida psíquica envolve três dimensões: motora, afetiva e psíquica, que coadunam, e se completam e, podendo em determinados momentos uma se sobressair sobre a outra resignificando conceitos e estabelecendo novos limites.

Também Wallon (1950), ao citar o desenvolvimento psicológico da criança, relata estas etapas apresentam um ritmo descontínuo, delimitado por crises, alterações e rupturas, onde as crises e conflitos são marcos que alavancam o desenvolvimento, sendo estes ora de predominância afetiva e ora cognitiva. O trabalho irá se deter na dimensão afetiva que é o foco da pesquisa e tem uma posição de destaque na formação do ser humano e do conhecimento. A afetividade e a inteligência têm significados divergentes que se completam e formam um dueto assertivo no processo afetivo e cognitivo da aprendizagem e a escola é o local onde essas relações são desenvolvidas através das frustrações, buscas e conquistas na educação infantil.

Wallon (2007) destaca a questão do conflito eu-outro como característico da fase de 03 a 06 anos como um das fases construtivas na infância, período este em que o aluno estava inserido em um ambiente escolar hostil as suas necessidades e peculiaridades infantis, ele não conseguia um ambiente emocional que propiciasse as resoluções dos seus conflitos e consequentemente o amadurecimento que lhe era pertinente ao período, não podendo assim um equilíbrio entre a razão e a emoção, sem poder amadurecer a sua afetividade e a sua inteligência.

A afetividade abre o amplo leque que vai além do senso comum acerca de respeito e carinho; partes do olhar inicial diante das dificuldades apresentadas pelo aluno até o momento em que este consegue ultrapassar os limites que o cerceavam pelo fato de não conseguir parar para atentar ao aprendizado.

É tempo de olhar com afeto para o aprendente que está inserido nesse processo, orientando-o para a vida, visando o seu desenvolvimento pleno e libertador que é experimentado quando este aluno começa a desvendar o que cada escrito lhe diz. Segundo Ariès (1981) na Idade Média (476-1453), as crianças eram vistas como um adulto em miniatura e não como um sujeito de direito, como está posto hoje em nossa sociedade. Estes direitos estão garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, e no Brasil temos o Estatuto da Criança e do Adolescente que discorre sobre a individualidade, educação e declara que também criança será protegida tendo direito ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social

adequados, e como, toda criança portadora de necessidades especiais terá direito a tratamento, educação e cuidados especiais, que precisa de amor e compreensão sendo resguardada por lei contra atos de discriminação.

Neste contexto os autores Breeding et al. (2016) retratam que:

“Encontramos muitas crianças que precisam que ensinem habilidades, como por exemplo, ler e escrever, desenhar e colorir, como lembrar de informações e fazer testes. O bom professor é adepto do ensino de todas essas coisas. Contudo, há muitas crianças que precisam mais que isso. Elas precisam de alguém que tenha o compromisso, a compaixão e a coragem de alcançá-las e conectar-se com elas. Necessitam de alguém que toque não apenas a sua mente, mas também o coração e a alma delas a fim de derrubar os muros e os estereótipos, de olhar além do óbvio e enxergar o que está por trás. E quando nós, como professores, fazemos isso, mudamos nossos alunos, a nós mesmos a o nosso mundo- para sempre” (Breeding et al., 2016, p 24).

Então, compreender-se a importância do docente no ensino e aprendizagem das crianças como facilitador do conhecimento e da interação, sendo possível com um olhar afetivo, interagir de modo que o (a) aluno (a) consiga apreender, através das contribuições como fator que ultrapasse as dificuldades que limita uma criança com o TDAH.

Frente a isso, esse documento visa analisar através da literatura algumas considerações acerca dos conceitos da pedagogia, ensino e Educação Inclusiva, dando ênfase ao TDAH.

2. Metodologia

A pesquisa deu-se pelo levantamento bibliográfico e a pesquisa documental, e a referida bibliografia constitui-se na análise de livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses e pesquisa de cunho científico para fundamentar o trabalho. Para a pesquisa foi realizado a abordagem quantitativa, pois atribuir para esclarecer, compreender, a complexidade do objeto a ser estudado (Minayo, 2008). O objetivo proposto da pesquisa é o procedimento metodológico de pesquisa exploratória, que busca extrair os diferentes termos compreendidos e expandir o conhecimento, classificando as relações entre as variáveis dos fenômenos de causa e efeito, visando a formatação basal para pesquisas posteriores Gil (2008).

O presente estudo de caso é uma pesquisa qualitativa com enfoque na área social, onde será abordado os conceitos fundamentais da pesquisa de cunho social, permitindo maior aprofundamento na análise crítica através do estudo de caso.

3.1 Contextualização histórica acerca da educação através dos anos

As primeiras salas de aula foram criadas pelos Jesuítas com o intuito de catequizar os índios e órfãos dos portugueses, posteriormente os filhos dos fazendeiros de cana de açúcar, do gado, e os escravos. Por ser uma sociedade patriarcal do período colonial apenas os meninos estudavam.

No período de 1549 até 1579 essa catequização e o ensino se misturaram e a igreja que era governada pelo estado formou o principal viés para a colonização, gerando conflito de interesses entre o catolicismo e o protestantismo. Neste período os professores eram os padres que possuíam o notório saber das sagradas escrituras, onde primeiro se aprendia as escrituras e posteriormente as aulas de humanidades (grego, latim) e posteriormente direito canônico, Filosofia e retórica, onde posteriormente após a conclusão esses estudos eram finalizados em Universidades Europeias.

Um dos maiores educadores do Brasil, Paulo Freire (1921-1997) defende que o docente não é a única pessoa que pode transmitir os saberes, pois este precisa ser questionado pelos educandos, na construção do saber. Essa passividade na educação segundo Freire produz educandos passivos, sem relacionamento em uma hierarquia unilateral, um conhecimento sem experiências vividas, que se define por educação bancária. Propõe uma educação pautada pela ideia de consciência que vai se aprimorando com o conhecimento adquirido e assim formando uma consciência crítica.

O ideário da educação contemporânea abrange o respeito à criança que aprende colaborando para o seu amplo desenvolvimento, colaborando para a formação de um ser humano através do seu espírito crítico seja capaz de raciocinar podendo se expressar com clareza descobrindo o mundo ao seu redor, sobre a égide do domínio da linguagem oral e escrita bem como das habilidades e competências sócias para se comunicar, validando a verdadeira essência da educação.

De acordo com ARIES (1981) na Idade Média as crianças eram percebidas como inexperientes dependentes e incapazes de demanda sociais mais complexos. Eram vistas como um adulto em miniatura e não como sujeito de direito, como está posto hoje. Desta forma, sendo consideradas iguais aos adultos as crianças aprendiam as tarefas do cotidiano destes adultos e eram criadas por outras famílias para este aprendizado. Assim as crianças passavam pouco tempo com a própria família o que impossibilitava a criação e o desenvolvimento dos vínculos afetivos e eram valorizadas pelo trabalho que elas conseguiam realizar.

3.2 O surgimento da pedagogia

A palavra Pedagogia é originária da Grécia Antiga, onde Paidós traduz-se por criança e Agogé quer dizer condução, ou seja, condução da criança. Etimologicamente, é o mestre, guia mentor (Dicionário Aurélio).

Segundo Aranha (2006, p.67) os paidagogos eram os escravos que conduziam as crianças e posteriormente essa nomenclatura tomou amplitude para definir a teoria sobre educação. [...]. Os gregos traçaram os primeiros marcos referenciais da ação pedagógica, influenciando por séculos a cultura ocidental. No mundo antigo, a pedagogia grega caracterizada pela filosofia de Platão e a escola Isócrates e ambas discorriam entre a atuação política e a retórica filosófica.

Na antiga Grécia no século V uma corrente de filósofos iniciou uma discussão sobre como repassar a educação assim e teve início assim a Pedagogia (Aranha, 2006). O ato de apreender ou de instruir foi acoplado ao conceito de educação foi inserida a pedagogia, trazendo consigo os respectivos aspectos sociais na humanidade. Nesse contexto, na caminhada histórica o pedagogo esteve sobre a alcunha da igreja católica na idade média, aonde as práticas eram voltadas para um ser humano acrítico. Concomitantemente, quando o homem se dedica a sua compreensão busca intervir de modo intencional e assim ele constrói um saber específico, perpassando por civilizações como Roma e pela idade média.

“O pedagogo precisa estar apto a: “IV–reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas; (BRASIL, 2006, p.2).”

3.3 O papel da família e da escola no processo educativo

Desde a antiguidade, bem como no período medieval a família era o primeiro local de socialização da criança. É o primeiro intermediador de identidade física, psicológica e cultural do ser humano e age sobre ele através de fortes ações ideológicas. (CAMBI, 1999, p. 80). A educação era concentrada na família, núcleo principal onde são reconhecidas e firmadas as

relações interpessoais através dos vínculos afetivos, que são os norteadores no desenvolvimento na educação infantil.

Segundo Libâneo (2010, p.73):

“O acontecer educativo corresponde à ação e ao resultado de um processo de formação dos sujeitos ao longo das idades para se tornarem adultos, pelo que adquirem capacidades e qualidades humanas para o enfrentamento de exigências postas por determinado contexto social.”

Por mais que esteja preparada com os docentes no âmbito acadêmico a escola jamais poderá suprir a carência impressa na criança através da ausência familiar. Os parentes que são responsáveis pela educação da criança precisam participar ativamente do processo de integração e desenvolvimento escolar retomando o prumo da convivência e desenvolvimento salutar em todas as áreas de sua vida.

Hoje se percebe que muito se tem falado na decadência do modelo de família como instituição, mais a família representa um papel vital no suprimento do cuidado informal do menor incapaz. Na sistematização atual o foco não está na estrutura e sim no funcionamento operacional. A funcionalidade dos pais é primordial na formação do sujeito, sendo imprescindível ao desenvolvimento e bem-estar da criança. Os pais precisam estar presentes, na companhia dos filhos mostrando-lhes a direção, educando e criando estes filhos.

Neste contexto, a família é primordial na provisão do cuidado informal dos que a compõem. Esse convívio da vida doméstica é caracterizado essencialmente pelo atendimento às necessidades físicas e psicológicas de seus membros, criando laços que precisam ser sólidos e coesos. Essas ausências podem reduzir a percepção da gravidade dos eventos mórbidos, a mortalidade e a morbidade são maiores entre as pessoas que possuem escassas relações sociais (Glenn, 1975).

Nesse contexto a família e a criança interagem e surgem as primeiras experiências de aprendizagem. Este enfoque do funcionamento interacional ressalta o seu importante papel no desenvolvimento da autoria de pensamento dos seus integrantes ao propiciar as individualidades em suas diferenças. Nesse contexto, Winnicott (1999) ressalta a importância do desempenho no papel da mãe “suficientemente boa.”

De acordo com a Constituição promulgada em 1988, no seu Artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração e opressão. (BRASIL, 1988, p.148).

De acordo com Winnicott (1948), a presença da mãe é de fundamental importância, pois as bases da primeira infância são amoldadas pela mãe. Ela toma esse filho nos braços, com carinho e ciente da responsabilidade de estabelecer limites. O pai assume a proteção e a provisão da mãe e do bebê. O autor afirma ainda que neste ambiente essa criança amadurece no processo de ser um ser unitário, onde o pai ajudará nesse processo. Ambos participam ativamente no processo de alimentação e os aprendizados, frustrações, mitos, alegrias e medos, em constantes interações inclusive da linguagem.

Fundamentalmente, a família tem o papel de proporcionar as necessidades primordiais dos seus membros, quer sejam elas de ordem física, social e afetiva. No momento que a família não assume essa responsabilidade que lhe pertence, fatalmente os problemas de aprendizagem escolar aparecem.

A escola recebe destaque, pois interliga a criança, a família e a educação o desenvolvimento do indivíduo. A mesma, precisa buscar constantemente métodos inovadores

para atingir seus objetivos além da alfabetização. Young (2007) descreve as escolas como instituições com finalidades pontuais de promover a obtenção do conhecimento e estes irão transformar no caminho da compreensão pelo indivíduo deste ambiente em que ele está inserido.

O modelo atual da escola precisa atender a aquisição do conhecimento das disciplinas curriculares, bem como através delas traçar um paralelo entre as questões do cotidiano e as vivências individuais, com o objetivo de trazer a consciência e motivá-las a serem proativas no contexto em que estiverem inseridas.

3.4 A infância sobre um novo olhar

Sendo consideradas inexperientes dependentes e incapazes de realizar atividades que pudessem requerer ações mais complexas, pois eram excluídas das atividades voltadas ao ensino voltado para elas, uma vez que não eram valorizadas como sujeito de direito e precisa ter asseverado pela família e sociedade os direitos básicos concernentes ao seu desenvolvimento pleno, como alimento, o afeto e não ter esse espaço ocupado por presentes, bem como estar garantida a sua vaga em uma instituição que reconheça, valorize, respeite e o possibilite desenvolver-se dentro do seu tempo de aprendizagem envolvendo o seu cognitivo e afetivo de forma plena.

Estas, após o período do desmame participavam da sociedade junto com os adultos, acompanhado os adultos em suas atividades comerciais, pois o sentido era que elas foram criadas apenas para servirem aos adultos. Havia o amor ligado ao cuidado físico e não sobre a ótica consciente que a infância traz características e necessidades específicas.

Esse novo sentimento da infância através dos homens de igreja com a preocupação de policiar os costumes das crianças antes negligenciadas, entendiam que estas não eram brinquedos encantadores, pois eram criaturas de Deus que tinham necessidades de preservação e correção (Aries, 1973:185). Surge então a pedagogia, influenciado pela nova forma de ver a infância tornando-se uma preocupação moral para o adulto.

De acordo com Piaget (1979), é essencial, além de encorajar a criança a agir, ter iniciativas, fazer com que ela tenha consciência de seus atos. "As crianças têm estruturas mentais diferentes das dos adultos. Não são adultos em miniaturas; elas têm seus próprios caminhos distintos, para determinar a realidade e ver o mundo" (Piaget, 1979, p. 50).

As crianças eram tidas como levianas que precisavam de correção, e sobre essa égide foram criadas instituições de confinamento que preenchiam o espaço da família. Diante dessa realidade surgiram as escolas para acoplar esse novo modelo de educação infantil, e agora havia crianças de diferentes idades e formas de aprender de formas diferentes, trazendo uma problemática com a falta de disciplina, organização e motivação.

No ano de 1994 foi a Declaração de Salamanca, foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) "e foi concebido na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca (Espanha). O texto trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais, e dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação em Educação Especial. No que tange à escola, o documento aborda a administração, o recrutamento de educadores e o envolvimento comunitário, entre outros pontos."

Iniciava-se um olhar mais amplo acerca da inclusão, esta regida sobre a égide das Nações Unidas, que se trata de um direito, o que nos obriga enquanto educadores, a termos um olhar mais amplo acerca da heterogeneidade, e nos impulsiona a construir esforços pessoais e coletivos que possam atender aquele formato em que o aprendente possa alcançar o conteúdo pedagógico.

Rousseau aponta uma nova concepção de educação, ressaltando que era necessário educar a criança de forma que a mesma se torne autônoma, pensando e sendo guiada por esta

sua forma de pensar. Defende que a criança deve ser livre, brincar e se ressignificar exercitando a sua liberdade (Rousseau, 1999). Para o autor, a criança para ter uma boa educação precisava ser motivada a amar a ciência e seus métodos e cabia aos mestres motivar esses sentimentos, de forma racional.

No século XVIII o autor preconizava que criança inicialmente brincasse, praticasse esportes, e assim a criança estaria preparada para aprender a linguagem e demais disciplinas, criando assim convicções que embasariam a construção da sua autonomia.

Fazendo uma analogia entre os séculos, hoje temos as escolas divididas por faixas etárias desde o pré-escolar, pois como um dos reflexos da Revolução Industrial, algumas mulheres ingressam no mercado de trabalho, deixando a dedicação exclusiva à família, pois as mães trabalham na maioria das vezes em tempo integral, onde no passado esse tempo era dedicado ao cuidado dos filhos e essa lacuna foi fundamental para trazer novamente este olhar aos direitos da criança, que hoje conta com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96), uma reformulação mais completa da primeira LD promulgada em 1961, que foi a LDB 4024/61.

A LDB 9394/96 valida o direito à educação, assegurado pela Constituição Federal. Estipula os fundamentos da educação definindo os papéis do Estado e da família nos âmbitos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, que estão separadas em educação básica e ensino superior, contando ainda o Brasil com a modalidade de Educação Especial, parte esta que ultrapassam todos os níveis da educação nacional e possuem legislação específica.

3.5 Leis que regem o Sistema Educacional Brasileiro: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A Carta Magna do país, que é a Constituição Federal de 1988 reserva a educação um capítulo com 10 artigos contendo princípios norteadores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que regulamenta o sistema educacional brasileiro, no público e também no privado. Atualmente a educação é regida pela LDB que é a Lei nº. 9394, sancionada em dezembro de 1996.

Neste contexto o Art. 2º retrata que a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.(Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

A Constituição Federal assegura o direito a educação, com intenção de garantir o pleno desenvolvimento da pessoa. No momento é uma das leis mais importantes referendadas a educação no Brasil, pois traz os detalhamentos dos direitos educacionais. A referida lei veio validar a coordenação do Ministério da Educação sobre a educação básica brasileira, bem como a colaboração entre a União, Estado e Municípios.

3.6 A importância do afeto na educação e a Educação Inclusiva

As relações afetivas aplicadas nas metodologias do cotidiano escolar ocupam um lugar de diferenciado destaque na construção do desenvolvimento, de acordo com alguns teóricos da psicologia do desenvolvimento como Piaget, Vygotsky e Wallon.

De acordo com Wallon (1970) a afetividade e a inteligência são duas funções básicas da personalidade, estando ambas ligadas às percepções internas que norteiam a vida para a formação do indivíduo, e a inteligência as percepções do mundo ao seu redor. Esse desenvolvimento infantil se dá na plenitude do seu cognitivo, afetivo e motor de forma integral durante os conflitos que resultam no amadurecimento.

A escola precisa ser o ambiente que oportunize as aprendizagens significativas e significantes em seu espaço comum. O desenvolvimento passa por diversas fases e estágios, que lhes são inerentes. Segundo Sprinthall e Sprinthall (1993), locais ricos em estímulos são apontados como principais fatores para desenvolvimento do indivíduo.

Desta forma, a educação inclusiva vem se modificando e transformando o cenário da educação no Brasil, através da conjuntura estrutural brasileira. A história dessa educação foi dividida de acordo com Fernandes (2007), existiram dois períodos o Pré-científico - decretava os extermínios das pessoas com deficiência e eram brutaemente executadas e a segregação-institucionalização – onde caracterizada a deficiência era separado para os institutos e asilos credenciados pela Igreja Católica e seus dogmas.

Com o passar dos anos, houve mudanças na integração da sociedade, onde começa a refletir na educação inclusiva como caráter social, para garantir o ensino e aprendizagem dessas pessoas que em vários momentos da sociedade foram discriminadas e agora estão garantindo seu direito na sociedade.

“Em 2015 foi promulgada a Lei Brasileira de Inclusão, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trata de diversos aspectos relacionados à inclusão das pessoas com deficiência. No capítulo IV, a lei aborda o acesso à Educação e traz avanços importantes, como a proibição da cobrança pelas escolas de valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade.”

A partir deste marco legitimado foi possível observar que o estatuto obriga as escolas privadas a fornecerem a real possibilidade de as crianças estarem incluídas no ensino regular e receberem as adaptações, sem que esses sejam incluídos nas mensalidades e matrículas nas escolas da rede privada. E no art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Na LBI, parágrafo único. “O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.”

3.7 Transtorno de Déficit de Atenção (TDHA) como aplicar o ensino e a aprendizagem?

Existem inúmeros fatores que são observados diante do processo pedagógico que são retratados em inúmeros comportamentos de alguns diante de das diversidades das atividades escolares que são introdução para os alunos. Nesta perspectiva, são avaliadas propostas educacionais que muitas vezes não enquadrados em uma determinada realidade que não condiz com a realidade do aluno, por apresentar TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade) (Reis, Camargo, 2008).

Art. 27. “A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacionais inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.”

Observa-se o conceito de TDAH como “O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade.” (ABDA). Segundo a Associação Brasileira de Déficit de Atenção é combinado de dois principais sintomas: 1) A desatenção, fator prejudicial não processo de aprendizagem na alfabetização e letramento; 2) Hiperatividade – impulsividade, fatores que interferem negativamente no comportamento em sala de aula e nas relações interpessoais do aluno em sala de aula. Tais crianças por vezes recebem toda sorte de termos e apelidos marcam negativamente a infância, e acomete em grande maioria aos meninos, mais ambos são afetados e prejudicados com a desatenção.

Segundo Silva (2009) O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade/Impulsividade (TDAH) é um transtorno de origem neurocomportamental, multifatorial, onde as principais característica são desatenção e ou hiperatividade/impulsividade, fatores que resultam nas desordens emocionais das mais diversas.

Através da ludicidade foram adaptados conteúdos de atividades, testes e provas, sempre valorizando o personagem de interesse do aluno. De acordo com Vygotsky (2001) através da ludicidade as crianças aprendem com prazer, e tem a oportunidade de explorar seus questionamentos, autoconfiança, desenvolvendo assim a sua linguagem, pensamento e a concentração, fatores primordiais para o aprendizado na educação infantil. De acordo com Lorenzini (2002) a brincadeira é focada como um componente da atividade lúdica, proporcionando-lhes experiências de ordem motora, sensorial, proprioceptivo, cognitivo e cultural, que são imprescindíveis ao desenvolvimento infantil.

De acordo com Cunha (2012) o lúdico é um componente efetivo no processo de ensino-aprendizagem da criança com TDAH, por melhorar a atenção, a espera, a irritabilidade e os comportamentos inadequados que acompanham estas crianças. Os jogos pedagógicos são utilizados para trabalhar o tempo de espera, o tempo de espera e facilitando a concentração, possibilitando assim o seu desenvolvimento de forma integral, estabelecendo assim regras comportamentais modelando assim novos comportamentos.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Maria Helena Câmara. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida: 1808-1827. **História da educação. Pelotas, RS. Vol. 1, n. 1 (abr. 1997), p. 115-133**, 1997.

BASTOS, Maria Helena Camara. Maria Lúcia de Arruda Aranha e a História da Educação. **Cadernos de História da Educação (Online)**, 2014.

CASTANHA, André Paulo. A introdução do método Lancaster no Brasil: história e historiografia. **Seminário de pesquisa em educação da Região Sul**, v. 9, p. 1-16, 2012.

DURKHEIM, Émilie. Educação e Sociologia. 1958-1917. **São Paulo: Melhoramento [Rio de Janeiro] Fundação Nacional de Material Escolar**, 1978.

ECCO, Clovis. ARIÉS, Philippe. História Social da Criança e da Família. **Caminhos-Revista de Ciências da Religião**, v. 7, n. 2, p. 351-356, 2009.

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação especial**. Curitiba Ibepex, 2007.

GAUTHIER, Clermont; TARDIF, Maurice. A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. **Petrópolis, RJ: Vozes**, 2010.

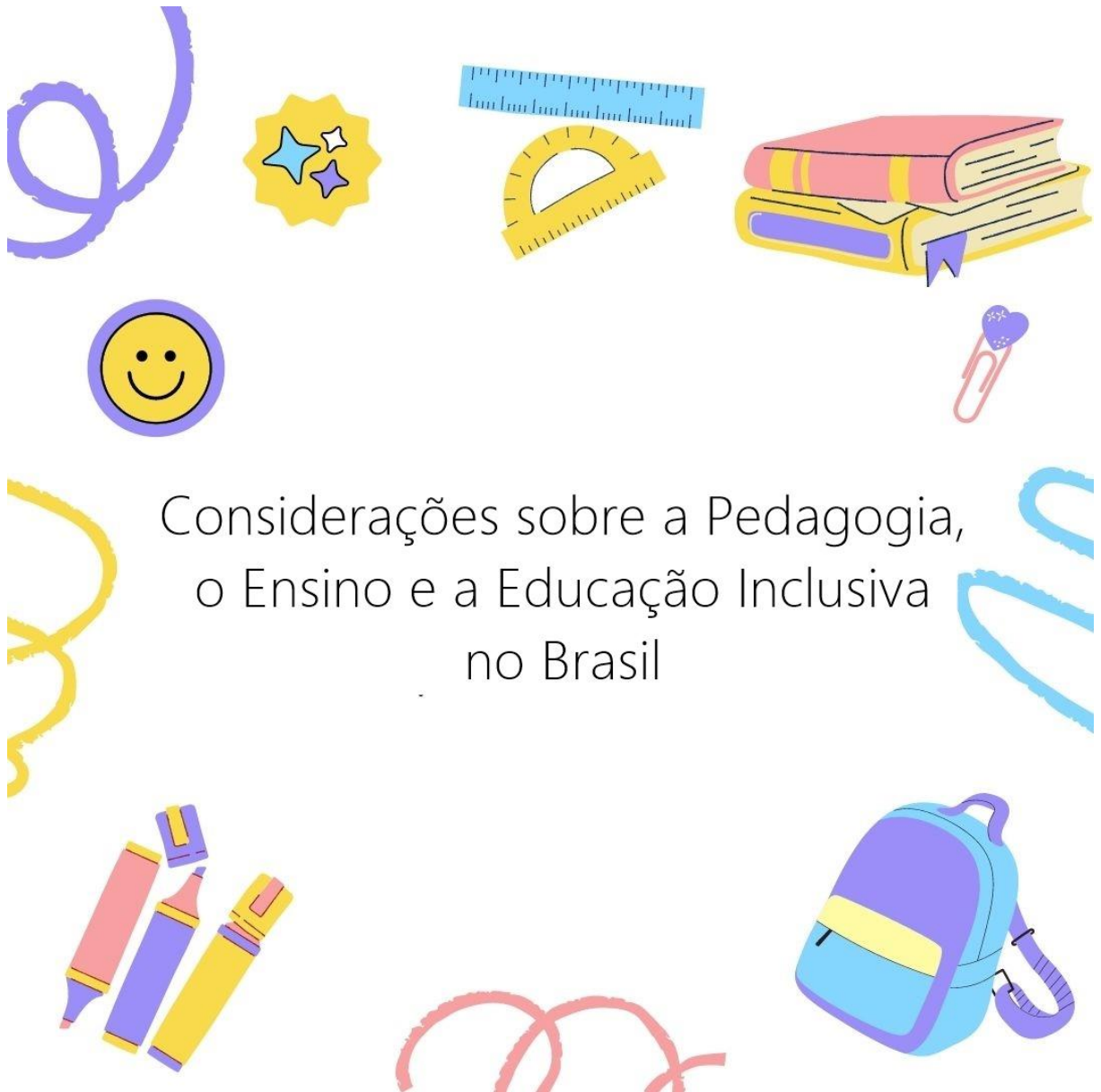
LDBL EI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL 2ª EDIÇÃO ATUALIZADA ATÉ JUNHO DE 2018

PIAGET, Jean; GRÉCO, Pierre. Aprendizagem e conhecimento. **Freitas Bastos, 1974**.

REIS, M.G.F. CAMARGO, D.M.P. **Práticas escolares e desempenho acadêmico de alunos com TDAH**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000100007. Acesso em 22 abr. 2020.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. INTRODUÇÃO AO EMÍLIO DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU. 2ª ed. São paulo: ed. Martins fontes (1999).

O processo da autorregulação no desenvolvimento de crianças em 24/10/2020
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/lei-brasileira-de-inclusao-completa-um-ano-com-avancos-na-educacao-em-24/10/2020> as 23:45



Considerações sobre a Pedagogia,
o Ensino e a Educação Inclusiva
no Brasil

Por: *Giovana Mendes de Almeida & Áurea Nascimento de Siqueira Mesquita*

ISBN: 978-65-85492-03-4